

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

Estivemos, ao longo do curso, analisando a evolução da agropecuária no Brasil e ressaltando de que modo as políticas macroeconômicas e as políticas agrícolas afetaram esse desempenho e como a agropecuária cumpriu as funções normalmente a ela atribuídas no processo de desenvolvimento econômico.

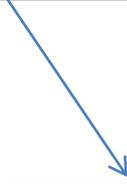
Mas como se formulam políticas agrícolas?

Uma série de elementos são tomados conjuntamente nesta formulação, tais como:

- 1) Qual é a estrutura política e institucional do país (um governo autoritário ou democrata)? Quem está no poder (que grupo social comanda o país)? Qual é a sua visão de boa sociedade? Quais são as alianças políticas existentes?
- 2) Quais são os condicionantes macroeconômicos internos e externos ao país? O problema do país é inflação? Baixo crescimento econômico? Déficit público? Altas taxas de desemprego? Déficit do Balanço de Pagamentos?
- 3) Os dois itens acima se interagem para definir as **METAS MACROECONÔMICAS** do país.
- 4) Para atingir essas metas, **POLÍTICAS ECONÔMICAS** precisam ser formuladas. E essas políticas são formuladas com base em **MODELOS ECONÔMICOS**.
- 5) Essas **POLÍTICAS ECONÔMICAS** podem ser **MACROECONÔMICAS** ou **SETORIAIS** (agrícolas, industriais, ...)
- 6) Essas políticas, juntamente com o dinamismo dos mercados, afetam o desempenho dos setores.
- 7) No entanto, várias interrelações ocorrem entre os itens supracitados, de modo que as políticas devem ser, continuamente, monitoradas e reformuladas.

Estrutura política e institucional do país
(consideram-se grupos de poder, as alianças políticas e a visão de boa sociedade)

condicionantes macroeconômicos internos e externos



modelos macroeconômicos

metas macroeconômicas e setoriais



Dinamismo dos mercados doméstico e externo



Políticas macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, de rendas e comercial)

Metas setoriais



Políticas setoriais (por exemplo, políticas agrícolas)



Desempenho setorial (exemplo, desempenho da agropecuária)



Crescimento e desenvolvimento econômico do País

Modelos de desenvolvimento setorial (exemplo, modelos de desenvolvimento da agropecuária, como os modelos duais, modelos de modernização agrícola, teses acadêmicas relacionando terra e produção agrícola e as novas abordagens de desenvolvimento territorial, rural e agrícola)



Relações entre políticas macroeconômicas e políticas agrícolas

Políticas macroeconômicas

- política monetária
- política fiscal
- política de rendas
- política cambial
- política comercial

Políticas agrícolas

- política de crédito rural
- política de abastecimento
- política de tributação
- política de pesquisa agropecuária
- política de extensão rural
- política de preços mínimos
- política de reforma agrária
- política de restrição ao uso da terra e da água
- diferencial cambial (ex. taxas de câmbio múltiplas)
- licenças para exportação e importações
- quotas de exportação e importação

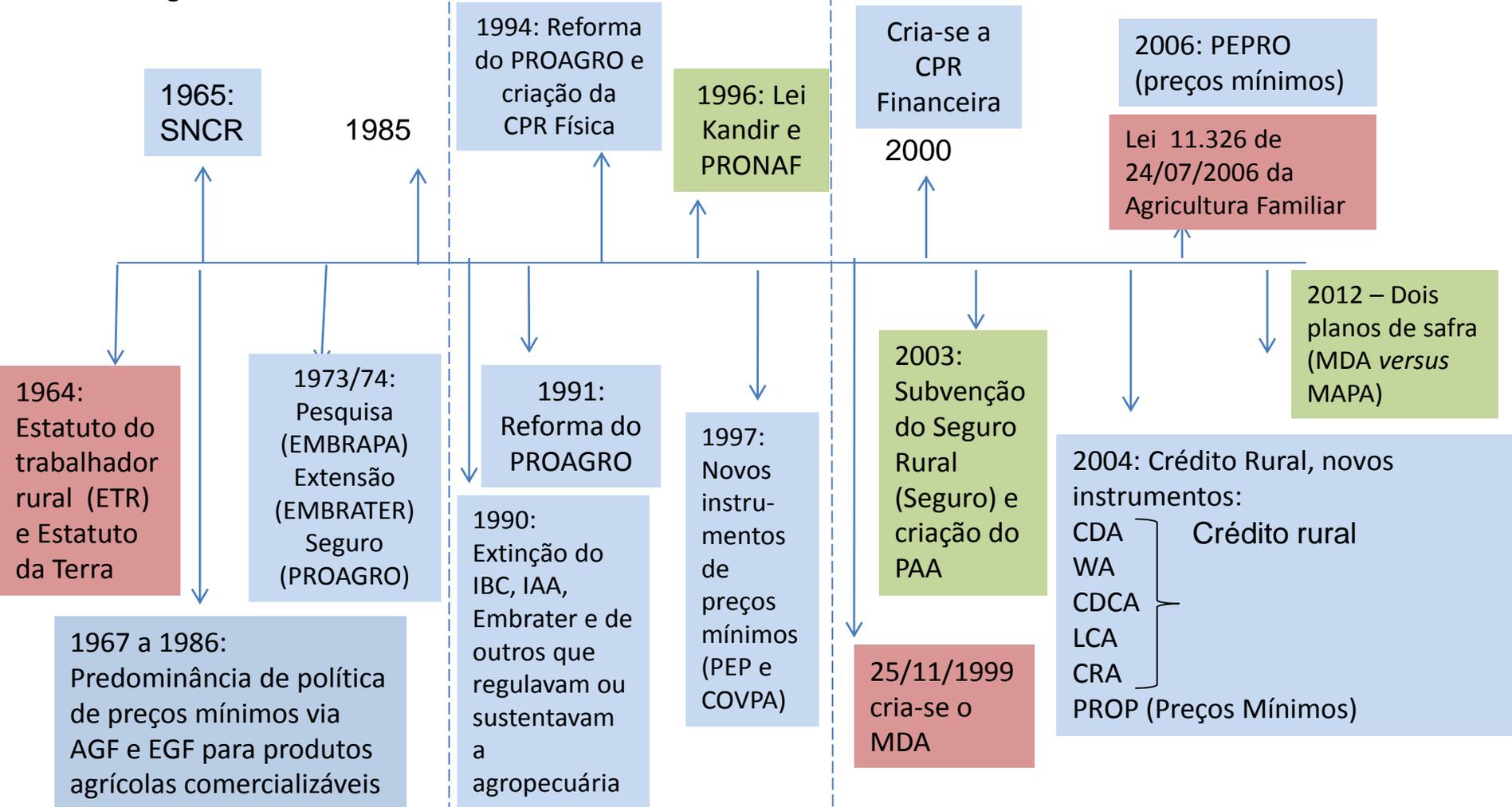
Em uma visão sintética, têm-se as seguintes relações entre metas macroeconômicas, políticas macroeconômicas e políticas agrícolas (capítulos 4 a 8 do livro-texto)

	Décadas de 1950 e 1960	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	1ª década dos anos 2000
Meta macroeconômica	Industrialização	Crescimento econômico com aumento das exportações	Estabilidade monetária (controle da inflação)	Ajuste fiscal e estabilidade de preços	Crescer em um ambiente globalizado e sem inflação e atendendo às pressões ambientais
Principais políticas macroeconômicas	Política cambial discriminatória contra a agropecuária e políticas fiscal, monetária e comercial favoráveis à industrialização	Políticas fiscal e monetária expansionistas	Políticas fiscal e monetária constracionistas	Políticas fiscal e monetária contracionistas	Políticas de rendas contracionistas e políticas fiscal e monetárias com diferenças entre setores
Políticas agrícolas	Políticas de abastecimento, de extensão rural e de preços mínimos com pequena abrangência nacional	Grande operância pelo governo federal de instrumentos convencionais de política agrícola e com bastante subsídio, mas com maior atenção para a agropecuária comercial	Instabilidade com tendência de redução da operância dos instrumentos tradicionais de política agrícola	Busca de novos instrumentos de política agrícola, em especial para a agropecuária não familiar e que implicam menores subsídios do governo	A política agrícola mostra uma bipartição. Para a agropecuária comercial se estabelecem novos instrumentos privados de suporte e financiamento e redução da subvenção dos instrumentos públicos de política agrícola. No entanto, para a agropecuária familiar continua a operância dos instrumentos tradicionais de política agrícola, com subvenção

1964 a 1986, período de governo militar e com aceleração da modernização da agropecuária: políticas e programas com grande gasto e operação de instrumentos de política agrícola

1987 a 1999, governos democratas e combate ao déficit público: diminui a operacionalidade dos instrumentos de política agrícola e buscam-se novas alternativas

2000 a 2012, aumento de importância de partidos de esquerda: continua a diminuir a intervenção do governo na agropecuária, com redução dos gastos públicos nessa função, mas gera-se a polarização entre dois ministérios: MAPA e MDA. Para a agropecuária não familiar diminuem-se os subsídios e os mantêm para a agropecuária familiar. Mas os programas são seletivos



O cenário atual

- O Brasil conta com vários ministérios tratando da agropecuária (MAPA, MDA, Meio Ambiente e MDS).
- Há uma bipartição de política agrícola, sendo que a agricultura familiar tanto pode aproveitar dos programas do MAPA quanto dos programas do MDA, mas a agricultura não familiar só pode aproveitar dos programas do MAPA.
- Não se pode confundir agricultura familiar com agricultura camponesa.